



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXXIV — Nº 121

SEXTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 1979

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 168ª SESSÃO, EM 27 DE SETEMBRO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

— Projeto de Resolução nº 56/79, que suspende a execução dos artigos 172 e 173 da Lei nº 1.442, de 17 de dezembro de 1966, do Município de Botucatu — SP. (Redação final.)

1.2.2 — Discursos do Expediente

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Providências de amparo à veilhice, ao ensejo das comemorações da “Semana do Idoso”.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Congratulando-se com promotores e participantes do II Congresso Nacional sobre o Nordeste e da II Mostra do Desenvolvimento do Nordeste, realizados em São Paulo.

**SENADOR PASSOS PÓRTO** — Manifestação em prol da aprovação, pelo Banco Central, de cartas-patentes requeridas pelo Banco do Estado de Sergipe S.A. — BANESE, com vista à expansão de sua rede de agências no interior sergipano.

**SENADOR AGENOR MARIA** — Agradecendo aos Ministros do Interior e do Trabalho a receptividade dada a reivindicações no tocante ao abastecimento d'água de Currais Novos — RN e ao pagamento da taxa de insalubridade de operários das minas de tungstênio daquele município. Visita feita por S. Exª ao Sul do País a convite do Sr. Ministro da Marinha. Reajustamento dos preços mínimos do algodão nordestino.

**SENADOR ROBERTO SATURNINO**, como Líder — Análise crítica formulada por membros do MDB, integrantes da Comissão Mista que estuda o III PND, como resposta a esse documento governamental.

1.2.3 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 283/79, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.

— Projeto de Lei do Senado nº 284/79, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, determinando que, em caso de morte, a conta vinculada em nome do empregado passará para sua família na forma da lei civil.

1.2.4 — Comunicação da Liderança do MDB na Câmara dos Deputados

— De substituição de membro em Comissão Mista.

1.2.5 — Comunicação

— Do Sr. Senador Agenor Maria, que se ausentará dos trabalhos da Casa no período que menciona.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 61/79, que autoriza a alienação de terras públicas, no Município de São Félix do Xingu — PA, à Construtora Andrade Gutierrez S.A., para implantação de projetos de colonização. **Votação adiada** para a sessão do dia 3 de outubro do ano em curso, nos termos do Requerimento nº 355/79.

— Requerimento nº 340/79, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do documento oferecido às autoridades do País pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). **Aprovado**, após usar da palavra no encaminhamento de sua votação o Sr. Lázaro Barboza.

— Requerimento nº 343/79, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da conferência realizada pelo Senador Luiz Viana Filho, sobre o ex-Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 19 de setembro de 1979. **Aprovado**.

— Requerimento nº 350/79, de autoria do Sr. Senador Henrique de La Rocque, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 54, 59 e 63, de 1979, do Sr. Senador Orestes Quêrcia, introduzindo alterações na Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo de julgamento, e dá outras providências. **Aprovado**.

— Requerimento nº 352/79, de autoria dos Líderes Humberto Lucena e Jarbas Passarinho, solicitando urgência, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 1979, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que institui contribuição sobre o custo do prêmio dos seguros de vida e acidentes pessoais, para fins de amparo aos idosos, e dá outras providências. **Aprovado**, após usar da palavra no encaminhamento de sua votação o Sr. Nelson Carneiro.

— Projeto de Lei do Senado nº 237/79, de autoria do Sr. Senador Murilo Badaró, que altera a redação do art. 9º da Lei nº 6.082, de 10 de julho de 1974, e dá outras providências. **Aprovado**, em primeiro turno.

— Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 145/78 (nº 4.697/78, na Casa de origem), que dispõe sobre a fixação e alteração do número de vagas nos cursos superiores de graduação, e dá outras providências. **Aprovada**. À Câmara dos Deputados.

— Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 105/74 (nº 1.573/75, naquela Casa), de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que institui o Código de Menores. **Aprovado**, após usarem da palavra em sua discussão os Srs. Nelson Carneiro e Aloysio Chaves. À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei da Câmara nº 60/79 (nº 3.324/77, na Casa de origem), que regulamenta o estabelecimento e o funcionamento de jardins zoológicos e de zoolários, e determina outras providências. **Discussão adiada** para a sessão do próximo dia 3 de outubro, nos termos do Requerimento nº 357/79.

#### 1.4 — MATÉRIA APRECIADA APÓS A ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 105/74 (nº 1.573, de 1975, na Câmara dos Deputados) apreciado na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 358/79, após usar da palavra o Sr. Dirceu Cardoso. À sanção.

#### 1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR EVANDRO CARREIRA** — Protestando, por inautêntica, publicações de órgãos da Imprensa paulista, sobre a posição favorável de S. Exª a respeito do Projeto Jari. Relato da visita realizada àquele Projeto, por membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, que estuda a devastação da floresta amazônica.

**SENADOR DIRCEU CARDOSO** — Homenagem ao Dr. Luiz Carlos Vieira da Fonseca, funcionário do Senado, na oportunidade de sua aposentadoria.

**SENADOR GASTÃO MÜLLER** — 70º aniversário da Escola Técnica Federal, de Cuiabá — MT.

**SENADOR JAISON BARRETO** — Procrastinação que estaria ocorrendo por parte do Ministério da Indústria e do Comércio, no que diz respeito à aprovação da implantação da Siderúrgica do Sul Catarinense — SIDERSUL.

#### 1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

## 2 — ATA DA 169ª SESSÃO, EM 27 DE SETEMBRO DE 1979

### 2.1 — ABERTURA

### 2.2 — EXPEDIENTE

#### 2.2.1 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 285/79, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que modifica a redação de dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

#### 2.2.2 — Comunicação

Do Sr. Senador Almir Pinto de que se ausentará dos trabalhos do Senado, por alguns dias, para participar de missão que menciona.

### 2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 191/77-DF, que fixa idade máxima para inscrição em concurso público destinado ao ingresso em empregos e cargos do serviço civil do Distrito Federal. **Aprovado**, com emenda. À Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 59/79, que suspende a execução do art. 99 da Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, do Estado de Minas Gerais. **Aprovado**. À Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 60/79, que suspende a execução dos artigos 256 a 260 da Lei nº 432, de 20 de dezembro de 1973, do Município de Anápolis, Estado de Goiás. **Aprovado**. À Comissão de Redação.

### 2.4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 191/77-DF, constante do item nº 1 da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 359/79. À sanção.

— Redações finais dos Projetos de Resolução nºs 59 e 60, de 1979, apreciados na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovadas**, nos termos dos Requerimentos nºs 360 e 361, de 1979. À promulgação.

### 2.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

## 3 — ATAS DE COMISSÕES

## 4 — MESA DIRETORA

## 5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

## 6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## ATA DA 168ª SESSÃO, EM 27 DE SETEMBRO DE 1979

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DOS SRS. NILO COELHO, GABRIEL HERMES E GASTÃO MÜLLER

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Bernardino Viana — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Milton Cabral — Nilo Coelho — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Dirceu Cardoso — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Mendes Canale — Affonso Camargo — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Tarso Dutra.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

### PARECER

**PARECER Nº 572, DE 1979**

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 56, de 1979.

Relator: Senador Dirceu Cardoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 56, de 1979, que suspende a execução dos artigos 172 e 173 da Lei nº 1.442, de 17 de dezembro de 1966, do Município de Botucatu — São Paulo.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 1979. — Adalberto Sena, Presidente — Dirceu Cardoso, Relator — Murilo Badaró.

## ANEXO AO PARECER Nº 572, DE 1979

## Redação final do Projeto de Resolução nº 56, de 1979.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº , DE 1979

Suspende a execução dos artigos 172 e 173 da Lei nº 1.442, de 17 de dezembro de 1966, do Município de Botucatu, Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É suspensa por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 5 de abril de 1979, nos autos do Recurso Extraordinário nº 89.528-1, do Estado de São Paulo, a execução dos artigos 172 e 173 da Lei nº 1.442, de 17 de dezembro de 1966, do Município de Botucatu, naquele Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O Expediente lido vai à publicação. Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O País comemora a "Semana do Idoso", é justo que a tais festividades se associe esta Casa, onde tantos de nós já atingiram a velhice e os demais confiam em alcançá-la. Por definição constitucional, somos a Casa legislativa dos que viveram mais, transpondo no mínimo a linha divisória dos trinta e cinco anos. Se a festa não é de todos, hoje, chegará o dia, Deus louvado, em que os mais jovens a saúdem.

A Nação tem compromissos intransferíveis com a velhice, cuja proteção a Carta Constitucional promete, em seu art. 165, XVI. A cada ano aumenta o número dos velhos, superando os antigos índices de mortalidade. E técnicos do Ministério da Previdência prevêem que, em um quarto de século, o número de anciãos haja triplicado, proporcionalmente à população.

Todos os países civilizados se preocupam com a necessidade de assegurar aos mais idosos meios de continuar prestando os serviços que sua idade permite, ao lado de propiciar-lhes meios de lazer diversificado e de acordo com suas possibilidades. Como em geral são aposentados, seja do serviço público, seja de atividades privadas, os velhos brasileiros recebem, em regra, aposentadorias modestas, que não acompanham os vencimentos dos colegas em atividade e, conseqüentemente, os obrigam a restrições que pesam ainda mais na terceira idade.

Seria injustiça não referir que o Governo anterior, sendo titular da pasta da Previdência Social o ilustre Ministro Nascimento e Silva, deu o primeiro passo em favor dos maiores de 70 anos, sem meios de prover a própria subsistência, deferindo a alguns deles, e não a todos os carentes, como seria de desejar, uma pensão correspondente a meio salário mínimo. A Lei nº 6.179 reclama ser estendida a muitos que dela ainda não se aproveitam e justo é que reivindicemos que a mensalidade seja igual ao salário mínimo regional. São etapas a vencer, mas que valem recordadas numa Semana em que se convoca a Nação a meditar sobre os problemas que afligem aos mais idosos.

Há, por toda parte, uma justa preocupação com o problema da ancianidade. A Organização das Nações Unidas aprovou, em 14 de dezembro de 1973, a Resolução nº 3.137, ratificada, em 1978, por outras Resoluções da Terceira Comissão, entre as quais figura a fixação oportuna do Ano Internacional e Assembléia Mundial sobre a Velhice.

É comedido dever focalizar, já que convocamos a atenção da Casa para os assuntos pertinentes à terceira idade, a ação pioneira do SESC, e que, iniciada em São Paulo, hoje procura estender-se por todo o país. Ao estudar a elevação da média de vida dos brasileiros, ainda inferior a de países mais desenvolvidos, um estudo feito por aquela entidade observa: — "Mas a situação do idoso na sociedade não deve ser analisada, apenas, em termos numéricos. A sociedade é dinâmica e os hábitos e costumes também o são. As mudanças sociais, com freqüência, geram a desvalorização do idoso e do que é tradicional, do que resulta a excessiva importância do novo, da juventude e de permanentes mudanças, agravando o problema do idoso na sociedade e diminuindo a antiga respeitabilidade pela velhice e pela experiência dos mais velhos".

Na preocupação de recolher depoimentos e sugestões para encaminhar tão delicado assunto, o Congresso Nacional reuniu o ano passado, por minha iniciativa, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, em grande parte sacrificada pela campanha eleitoral. Não obstante, valiosas informações foram colhidas, sobre as quais nos devemos debruçar, na tentativa de reduzir as angústias dessa população de cabelos brancos, que cresce em número a cada

ano, e reclama, ao lado de assistência e de consideração, um pouco de carinho, que é para eles, para nós, Sr. Presidente, o melhor sal da terra.

Ao mesmo tempo, no Senado americano, o Senador Frank Church presidia Comissão semelhante. Dia virá em que administradores e congressistas de todo o mundo se reunirão para consertar providências e se reúnam para ditar, em uma Declaração Universal dos Direitos da Velhice, as medidas necessárias para, prolongando a vida, minorar as aflições, de toda ordem, que sofrem os que teimam em envelhecer num mundo preocupado com a explosão demográfica.

Multiplicam-se os centros e clubes de anciãos, em que se combinam serviços médico e social com a oportunidade de desenvolver atividades culturais ou de lazer. O principal é que se preocupam em estimular o maior entrosamento entre as pessoas de idade mais avançada e os grupos de mais jovens. Lucram uns e outros, os primeiros com a alegria e o desembaraço da mocidade, os segundos com a ponderação e a experiência dos mais vividos.

A eles se juntam os centros de serviços, que, se reúnem mil anciãos, podem contar, como na Holanda, com oitenta por cento de subvenção.

Interessante é o trabalho pioneiro do *Intergeneration Child Care Center*, da cidade de Santa Cruz, na Califórnia, onde os velhos se misturam com os jovens voluntários nas salas de classe e no fabrico de equipamento escolar.

Ainda em julho, em Paris, amplos cartazes prometiam a pessoas idosas e desacompanhadas, que procurassem determinado serviço público, para fugir às agruras da solidão.

Um organismo voluntário de serviço aos anciãos da Suíça, *Pro Senectute*, criou o "selo de excelência", distribuído aos hotéis e agências turísticas, que possibilitam às pessoas de idade avançada serviços especiais, desportos, música, atividades culturais, além de alojamentos a convalescentes e inválidos ou incapacitados.

Longo seria o enumerar das medidas que em nações mais progressistas marcam atenções e cuidados com os que envelheceram. Permito-me apenas focalizar um dos aspectos que a vida moderna criou para os idosos nos grandes centros urbanos, tal como o refere o documento de trabalho que o SESC ofereceu aos que compareceram ao simpósio realizado em São Paulo, de 2 a 6 de julho deste ano:

"As aflições que atingem as pessoas de mais idade, em grande parte, decorrem das condições habitacionais oferecidas aos moradores dos grandes centros urbanos.

Nas cidades pequenas, sobretudo no interior do País, ainda é comum a existência de casas com maior número de cômodos e, muitas vezes, cercadas por terreno. Nestas condições, o velho pode permanecer com a família e junto a ela exercer funções e papéis úteis.

Nos grandes centros urbanos, entretanto, esta possibilidade é bem menor. O sistema de vida em apartamentos pequenos dificulta a permanência do idoso junto a seus familiares, em razão do espaço físico freqüentemente reduzido. É importante frisar que a moderna arquitetura brasileira, cada vez mais, preocupa-se em criar novos e sofisticados equipamentos destinados aos idosos, mas não demonstra a mesma atenção no que se refere a recursos adequados ao bem-estar dos idosos.

A falta de espaço físico e de equipamentos adequados às condições dos mais velhos interfere de maneira negativa no relacionamento interpessoal e o idoso, com freqüência, torna-se um membro indesejável na constelação familiar, percebendo, com justificados motivos, a rejeição de que é vítima."

O problema agrava-se nos lares pobres, de onde os idosos saem para os asilos de mendicidade, exatamente por não possuírem meios de continuar residindo com suas famílias, vivendo as alegrias e as preocupações dos filhos, removendo no convívio tumultuário dos netos.

Esse quadro, apenas esboçado nessas desalinhas considerações, poderá ser esmaecido se aprovado, com brevidade, o Projeto de Lei nº 212, de 1979, que atribui novos e consideráveis recursos ao Ministério da Previdência Social, a fim de que assista aqueles lares modestos que conservam pessoas idosas, e não falte às casas de caridade, que são mantidas, Deus sabe como, pela contribuição das almas generosas, suprimindo em grande parte a omissão do Estado.

Creio, Sr. Presidente, que esta Casa, ao conceder urgência para a discussão e votação do referido projeto, estará dando efetiva contribuição à Semana do Idoso, que o SESC ora promove em Todo o País.

Maioria e Minoria não podem faltar ao apelo dos que, no entardecer da vida, têm os olhos voltados e depositadas as esperanças no alto espírito público dos Congressistas brasileiros.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE.** Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Realizou-se em São Paulo, entre 18 e 21 de julho, o II Congresso Nacional sobre o Nordeste e a II Mostra do Desenvolvimento do Nordeste, iniciativa do Ministério do Interior através da SUDENE, cujo objetivo primordial foi dar uma visão realista da região nordestina e atrair investidores para se integrarem ao esforço que é realizado visando criar melhores condições para que o Nordeste possa superar o estágio de subdesenvolvimento no qual infelizmente ainda se encontra.

Nunca é demais chamar a atenção para os problemas daquela região, nunca é demais clamar por providências que venham a amenizar os sofrimentos de uma região cuja destinação histórica não pode ser confundida com o conformismo e a resignação.

O Nordeste jamais se resignaria com a situação de pobreza em que vive.

Por isso, são válidas as iniciativas que objetivem o estudo e a análise que venham a ser feitas; por isso, é igualmente válido e louvável o empenho que se observa por parte do Governo federal em recuperar o tempo perdido, em reformular posições e desenvolver, em relação ao Nordeste, uma política que corresponda aos anseios da sua gente.

Durante a realização da II Mostra sobre o Desenvolvimento do Nordeste, o Governador do meu Estado, Augusto Franco, voltou, em pronunciamento sério e objetivo, a propor transformações que agilizem a SUDENE, para que aquele órgão possa, efetivamente, cumprir suas reais finalidades.

Foi oportuno e lúcido o discurso do Governador Augusto Franco, principalmente quando mostrou a necessidade de repensar toda a política de desenvolvimento aplicada ao Nordeste, dando um depoimento que, pela sua validade, deve constar nos Anais do Senado, como testemunho histórico de lutar por uma causa e posições assumidas em favor daquela região, conseqüentemente, o Brasil.

Convidado pelo Superintendente da SUDENE, Dr. Valfrido Salmito Filho e pelo Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Camilo Calazans de Magalhães, não pude comparecer ao Encontro de São Paulo.

Lamentei o motivo de força maior que não permitiu dele participasse.

São Paulo que é, hoje, o maior aglomerado de gente nordestina do Brasil, constituiu-se em cenário ideal para um exame profundo dos problemas da região.

Confio em que as conclusões a que chegaram os dirigentes e especialistas sobre a problemática do Nordeste, no encontro realizado na capital paulista, tenham conseqüências e produzam efeitos.

Desejo congratular-me com os seus promotores e participantes.

O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI) — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Com prazer, eminente Senador Bernardino Viana.

O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI) — Quando a SUDENE, o Ministério do Interior e outros órgãos da Administração Federal fizeram a I Mostra do Desenvolvimento do Nordeste, em São Paulo, eu estive presente e, com o orgulho de nordestino, pude verificar que o dinheiro carreado para a região nordestina, realmente foi aplicado em setor industrial da maior importância, não só para substituir as importações de outras regiões do País e do exterior, como também para aproveitar as nossas matérias-primas locais. A Mostra foi, por assim dizer, uma prestação de contas do povo nordestino ao investidor das Regiões Centro-Sul e Sul do País, que ali estava. Por isso, iniciativas como esta de prestação de contas considero das mais úteis, não só ao investidor como também ao empresariado nordestino e a toda Nação brasileira. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pelo seu brilhante e oportuno discurso, porque está dando ao Senado Federal o ensejo de saber que estamos, nós, nordestinos, prestando contas dos dinheiros carreados para aquela região.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup> Senador Bernardino Viana, por seu depoimento, depoimento valioso sobre a nossa região, depoimento que muito enriquece este nosso pronunciamento.

Prossigo, Sr. Presidente.

Desejo congratular-me com seus promotores e participantes.

Como Senador, representante do Estado de Sergipe, espero que elas sejam mais um instrumento a inspirar o Governo do eminente Presidente João Baptista Figueiredo, no cumprimento de seus compromissos com o Nordeste.

O Sr. Nelson Carneiro (MDB — RJ) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Com muito prazer, eminente Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro (MDB — RJ) — Quero, igualmente, congratular-me com V. Ex<sup>a</sup>, encarecendo a contribuição valiosa que V. Ex<sup>a</sup> tem trazido aos debates nesta Casa, com a pertinácia e a clarividência de todos os seus pronunciamentos.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Também agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Nelson Carneiro. Conhecemos-nos há muitos anos e velhos laços de amizade nos unem, Nordeste que sou, como V. Ex<sup>a</sup>, bem sei das agruras por que passa a nossa região. Esta a razão pela qual sempre ocupo esta Tribuna para reivindicar melhores condições de vida para aquele povo tão sofrido.

Suas palavras muito me sensibilizam razão pela qual reitero meus agradecimentos pelo seu afetuoso aparte.

Este o nosso registro, Senhor Presidente. (Muito bem! Palmas.)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

#### PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR AUGUSTO FRANCO, NA II<sup>a</sup> MOSTRA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 1979, EM SÃO PAULO.

O estudo e o debate, em diferentes níveis e oportunidades, dos problemas do País, integram o processo de conhecimento e transformação da realidade nacional. Esta é, certamente, a filosofia que inspira e norteia o II Congresso Nacional sobre o Nordeste, diálogo que aproxima ministros, governadores, empresários e técnicos, no rumo do desenvolvimento econômico e social. Estudar e debater a problemática nordestina, é maneira de repensar o País. Repensá-lo geográfica e historicamente, na unidade dos seus valores e propósitos, unidade, aliás, que não significa uniformidade. Pensado e vivido como um tolo, objetiva e democraticamente, o Brasil, somente assim, terá condições de superar os desníveis e perplexidade regionais que o preocupam e inquietam. O Nordeste, seiva da mesma raiz, fruto da grande árvore, é o chão onde o Brasil nasceu, personagem de uma história que ele também ajuda a escrever e construir.

Cuida-se, agora, de oportunidades de investimentos, iniciativa elogiosa para os que participam, direta ou indiretamente, do desenvolvimento nacional. Investimentos, contudo, quaisquer que sejam a sua natureza e localização, transcendem a quantificação de dados, a tabulação de números, tecnoburocratismo inadequado e empobrecedor da realidade dinâmica e complexa. Eles estão condicionados pelo planejamento prévio e racional, planejamento que não é técnica de manipulação, mas ato ou decisão de conteúdo e conseqüências eminentemente políticas. Se a política econômica não se conflita, ou não deve se conflitar com a política social, os investimentos, para serem global e socialmente produtivos, pressupõem uma definição anterior e clara de diretrizes políticas que os estimulem, apressando sua viabilidade e frutificação.

Sergipe, na análise crítica do hoje, com os olhos no amanhã, deseja que as fronteiras econômicas do País coincidam com suas fronteiras geográficas, embora não subestime as dificuldades que o endividamento e a ainda precária tecnologia nacional agravam. Ele tem consciência dos desafios atuais, o que o faz sensível às mudanças crente da união de todos os estados para o processamento de reformas, urgentes, que vão da reestruturação dos mercados à montagem de um modelo próprio de exploração das fontes alternativas de energia.

A política de emancipação nacional, colocada sem preconceitos tolos e esquematismos infantis, faz de cada unidade da federação membro responsável, instrumento eficaz do fortalecimento e expansão da nacionalidade. Desenvolver todos os Estados é garantir a ordem social, assegurar o pleno funcionamento das instituições. Empobrecidos, seccionados e tensos, estarão divididos contra eles mesmos divisões que só poderão retardar senão impossibilitar a desejada prosperidade da sociedade brasileira. Prosperidade em que o desenvolvimento de uns Estados não seja o preço do sacrifício de outros. O desenvolvimento, em si, não é antídoto contra a pobreza, salvo se ele, como filosofia e ação, privilegiar a redistribuição da renda, como meta prioritária da política que o consubstancia.

O Nordeste, área-problema, fermento de insatisfações, talvez, seculares, postula imediata e corajosa reformulação da SUDENE, de forma que ela reconquiste, com plena autonomia administrativa e financeira, o comando há anos perdido. Sergipe, por seu Governador, tem, em várias tribunas e lugares, assumido esta posição realista, seja porque a SUDENE, debilitada pela limitação de recursos financeiros e humanos, não tem participado, na devida

proporção, dos programas nacionais, seja porque não tem sido instrumento de materialização das prioridades nordestinamente reclamadas.

As oportunidades de investimentos em Sergipe, e, certamente, nos demais Estados da região, não são poucas nem irrelevantes. Ocorre que elas sem embargo do potencial já conhecido e do elenco de incentivos existentes estão condicionadas pela filosofia desenvolvimentista do Governo Federal, muito especialmente pela ação da SUDENE, a partir, em adequada integração, das suas diretrizes básicas e da dinâmica e operacionalidade dos sistemas estaduais de planejamento. Com esta convicção, o executivo sergipano tem ascoltado todas as classes sociais, desejosas de mudanças econômicas, financeiras e políticas que, do empresário ao trabalhador aliviem, inclusive, a pesada carga das altas e atuais taxas inflacionárias.

Sergipe, em seus diferentes setores e áreas, está aberto às inversões produtivas. Geográfica e estrategicamente situado, integra o eixo minero-petroquímico, que tem em Salvador e Recife, centros polarizadores da vida da região. Mas o Estado, longe de ser asfixiado pela vizinhança dos mencionados centros, emerge, com suas potencialidades, como elemento dinâmico da ainda não completada política de integração nacional. Política em que os recursos, racionalmente industrializados e comercializados, fortalecerão, inevitavelmente, o mercado interno, com a conseqüente superação de perigosos desníveis econômico-sociais.

As jazidas minerais e reservas petrolíferas nordestinas, presente de uma geologia generosa, reclamam, a começar por Sergipe, iniciativas e decisões que, aprofundando o que já foi realizado, fortaleçam a economia do Nordeste, aproximando-o, politicamente, do centro-sul sabidamente hegemônico. Nestas, como em outras áreas, o poder público e a iniciativa privada podem prestar inestimáveis serviços, através de investimentos garantidos pelo emprego da melhor tecnologia, necessariamente estimulados pelo incremento da renda e dos salários, sem o que não se melhorará a qualidade de vida das populações compreensivelmente impacientes, aflitas.

Sergipe, no momento, ativa setores essenciais, irrigados por recursos financeiros de várias fontes, os quais não só trazem tranqüilidade aos planejadores, como motivam aqueles que se propõem a nele investir. Isso, sem considerar o elenco de incentivos institucionais que o Estado, atento, desenvolvimentista, está preocupado em ampliar.

O sistema de adutoras que assegurará a água necessária à vida sergipana, seja a destinada ao consumo, seja a voltada para a irrigação, está sendo, objetiva e produtivamente conduzido com o apoio e o entusiasmo das suas populações, na capital e, principalmente, no interior. O executivo sergipano conclui, agora, a adutora sertaneja, e marcha, planejadamente, para tornar realidade as adutoras do São Francisco, Piauitinga e do Alto Sertão. É a água servindo, do litoral à caatinga, a inúmeros municípios, estimulando capitais e o florescimento de mais empregos e melhores condições de trabalho. O desafio hídrico, que a urbanização acelera, está sendo vencido em meu Estado, que tem em suas seis bacias hidrográficas, potencial valioso, esperança de significativas transformações econômicas. Descentraliza-se, assim, o desenvolvimento, a ele incorporadas áreas e mão-de-obra até então ociosas.

O POLONORDESTE, ora cobrindo mais de 5 mil quilômetros quadrados, envolvendo cerca de 16 municípios, sendo 11 do taboleiro sul e 5 no taboleiro norte, está em franca e confrontadora expansão. O Governo do Estado, aprofundando assim a industrialização com o alargamento das suas bases agrícolas, pecuárias e sociais, conta, presentemente, através convênio já assinado com o Banco Mundial, em Washington, com recursos da ordem de 76 milhões de dólares, etapa inicial de um trabalho que irá, certamente, sacudir velhas estruturas, contribuindo, com suas múltiplas e positivas conseqüências, para a modernização da economia estadual. Este passo, que aproxima ainda mais o poder público da iniciativa particular, tem forte efeito multiplicador, dinamizando municípios que, fortalecidos em suas atividades, podem marchar, com certa segurança, para a implantação de modernas unidades empresariais. Ao tempo em que se estimula, especialmente pequenos e médios proprietários locais, o Estado abre perspectivas para os investimentos resultantes de capitais de outras origens. Importa que todos, juntos, identificados pelos mesmos propósitos, apressem o progresso, no caso, tão sergipano quanto regional e nacional. Sergipe pode e deseja crescer com o País, ele próprio parte ou projeção da nacionalidade comum.

Descortina-se, igualmente, para o Estado, a já, nesta altura, concreta possibilidade da industrialização e comercialização do potássio, fertilizante ainda não produzido no País e responsável, anualmente, pela evasão de divisas preciosas. A Petrobrás Mineração S/A (PETROMIN), com a ajuda do Governo Estadual, que franqueou, no Município de Carmópolis, a 40 quilômetros de Aracaju, a área indispensável à montagem da fábrica de beneficiamento do minério extraído, comanda, através empresa contratada, as sonda-

gens, ora em plena atividade. A iniciativa representa, inicialmente, investimento de 157 milhões de dólares, economia anual de divisas da ordem de 43 milhões de dólares, prevista a produção anual de 500 mil toneladas e, uma vez atingida a capacidade nominal da instalação, cerca de 760 empregos diretos. É a primeira mina de potássio a ser aberta no Brasil, conjunto industrial que, tranqüilamente rentável, atenderá, de imediato, à demanda nordestina, incrementando a agricultura local e de toda a região.

Espera-se, a par da produção de potássio, a disponibilidade de 1 milhão trezentos e cinquenta mil toneladas anuais de cloreto de sódio, a ser utilizado nessas condições, por qualquer indústria que se proponha a explorá-lo. Outras indústrias podem integrar-se, direta ou indiretamente, ao complexo mineral em implantação, tanto mais que, completamente, foi assinalada, também, a presença de enxofre, com resultados promissores em toda a bacia cretácica do Estado. Só na área de Castanhal, os trabalhos efetuados registraram, com grandes possibilidades de ampliação, reservas iniciais de um milhão e meio de toneladas. As sondas continuam atuantes, em meio às perspectivas mais otimistas.

O potássio e o enxofre, somados à amônia ou uréia, cujos trabalhos de exploração estão sendo ativados no Município de Laranjeiras, garantem, em um círculo com 10 quilômetros de raio, três insumos básicos, condições mais do que esperanças para a emergência do complexo sergipano de fertilizantes. A existência de energia, água e transporte fácil, completa a infra-estrutura básica para o sucesso do empreendimento, que define e marca, econômica e socialmente, um grande instante na vida de Sergipe e do Nordeste.

O Sul do País, neste plenário de Governadores, Ministros e Empresários, pode confiar na palavra e na ação dos seus irmãos nordestinos. Não se exige, aqui e agora, uma fisionomia de amarguras e frustrações. Mostra-se um quadro duplamente realista e esperançoso, transfigurado pelo suor e o sonho de um povo combativo. O Nordeste não é área condenada ao consumo, é a consciência de que a sua integração, no processo de desenvolvimento nacional, irá ativar, adequada e globalmente, a política de exportação do País. Mercado interno amplo e potente, é um dos seus ingredientes vitais.

Sergipe reafirma o desejo e propósito de trabalhar com todos os Estados, aberto, sempre, aos investidores e técnicos que, cooperando com ele, estarão batalhando, igualmente, pelo Nordeste e o Brasil. Suas potencialidades não se esgotam mas que, neste momento, foram topicamente examinadas. Recursos existem, anunciando riquezas, incentivos são oferecidos, agilizando os capitais, mão-de-obra farta, profissionalmente dedicada, promete uma convivência produtiva e harmoniosa. O Governador do Estado, por sua vez, duplamente empresário e político, quer ser o primeiro, em sua visão desburocratizada da vida pública, a facilitar as atividades e acelerar os projetos que possam enriquecer, efetivamente, a sua terra e a sua gente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto.

**O SR. PASSOS PÔRTO** (ARENA — SE. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Banco do Estado de Sergipe S/A, instituição financeira na qual o Governo do Estado de Sergipe é acionista majoritário, requereu do Banco Central, no mês de junho próximo passado, a concessão de 17 Cartas Patentes para instalação de agências nas Cidades de Marum, Laranjeiras, Carira, Tobias Barreto, Simão Dias, Itabaianinha, Umbaúba, Japarutuba, Cristinápolis, Carmópolis, Siriri, Ptopriá, Riachão do Dantas, Itaporanga D'Ajuda e Ribeirópolis, todas no interior sergipano.

O BANESE, criado com a finalidade principal de fomentar o desenvolvimento econômico-social do Estado, apresentou, a partir dos dois últimos anos, um aumento considerável de suas aplicações, em função de profundas mudanças verificadas em sua estrutura organizacional, inclusive com a criação e estruturação técnica e contábil da Carteira de Desenvolvimento, medidas que permitiam, dentro de uma ação coordenada e planejada, a mobilização de apreciável parcela de recursos junto ao público e aos órgãos repassadores.

Contando com uma equipe técnica especializada, desenvolvendo trabalhos de elaboração, análise e até de assistência técnica à implantação de projetos, pôde o BANESE, através da Carteira de Desenvolvimento, mais que duplicar as suas aplicações, colocando recursos nos mais diferentes setores da economia sergipana, prestando, assim, expressiva contribuição à promoção do desenvolvimento sócio-econômico da região.

Por outro lado, examinado o seu quadro de relação empréstimos/depósitos, no interior, observam-se índices de 2,46, 1,54 e 1,37, isto é, para cada cruzeiro de depósito temos Cr\$ 2,46, Cr\$ 1,54 e Cr\$ 1,37 aplicados sob a forma de empréstimos, respectivamente em maio/77, maio/78 e maio/79. Esse

dado mostra a importância do Banco do Estado de Sergipe no interior sergipano para o desenvolvimento de áreas pobres, carentes de recursos financeiros para o fomento das atividades produtivas, ao contrário dos Bancos privados que atuam de forma a esvaziar a economia local, pois, ao invés de levarem mais recursos, adotam como política a aplicação em média de 60% do captado na região.

**O Sr. Lourival Baptista (ARENA — SE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, eminente Senador?

**O SR. PASSOS PÓRTO (ARENA — SE)** — Com muito prazer, Senador Lourival Baptista.

**O Sr. Lourival Baptista (ARENA — SE)** — Eminente Senador Passos Pôrto, quero felicitar V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que profere nesta tarde e dar o meu integral apoio à causa que defende nesta hora, no Senado Federal. Acho que é um ato de justiça que o Banco Central fará em conceder essas cartas-patentes ao Banco do Estado de Sergipe. Recordo que, quando governamos o Estado, tivemos a alegria e a grande satisfação de inaugurarmos a primeira agência no interior do Estado e, quando saímos do Governo, deixamos seis agências instaladas no interior. Aplaudo V. Ex<sup>a</sup>, nesta hora em que focaliza assunto que acho de grande interesse para a economia do nosso Estado, e faço também meu o seu apelo! Solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>, no sentido de que sejam concedidas essas cartas-patentes, tão importantes para o desenvolvimento econômico do nosso Estado e, também, felicito o Governador Augusto Franco, que aprovou a medida de expansão do Banco do Estado.

**O SR. PASSOS PÓRTO (ARENA — SE)** — O apoio de V. Ex<sup>a</sup> é valiosíssimo, por todos os títulos e pelo fato de representar também o nosso Estado, sobretudo porque foi um Governador que muito trabalhou pelo desenvolvimento econômico do interior de nossa terra e teve, no Banco Oficial do Estado, o grande instrumento de crédito e financiamento aos projetos de desenvolvimento econômico regional.

Incorporo, Senador Lourival Baptista, com muito prazer, o seu aparte.

**O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI)** — Eminente Senador Passos Pôrto, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. PASSOS PÓRTO (ARENA — SE)** — Com muito prazer, Senador Bernardino Viana.

**O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI)** — Neste momento em que V. Ex<sup>a</sup> focaliza a atuação do Banco do Estado de Sergipe na sua região, no seu Estado, eu queria lembrar aqui uma promessa que o Sr. Ministro do Interior, Mário Andreazza, fez na primeira reunião da SUDENE, em que compareceu, dizendo que as verbas federais que fossem destinadas para os Estados seriam depositadas nos bancos oficiais estaduais, e nós que sabemos da atuação e do patriotismo com que os funcionários e Diretores dessas casas de crédito atuam em seus Estados, da escassez de recursos de que dispõem para atender às propostas de financiamentos que lhe são encaminhadas, gostaríamos de pedir permissão a V. Ex<sup>a</sup> para que deixasse que incorporássemos ao seu discurso um apelo ao Ministro Mário Andreazza, ao Banco Central e às autoridades vinculadas ao assunto que cumprissem a promessa de fazer os depósitos dos programas especiais que são destinados aos Estados nos respectivos bancos oficiais estaduais. Era essa a minha sugestão e o meu pedido.

**O SR. PASSOS PÓRTO (ARENA — SE)** — Senador Bernardino Viana, além de incorporar as suas palavras ao meu discurso, faço da sugestão, da lembrança de V. Ex<sup>a</sup> também um objetivo deste discurso, porque sou daqueles que acreditam na importância fundamental dos bancos oficiais no desenvolvimento da nossa região, sobretudo porque eles não agem como agentes de sucção, de drenagem dos recursos regionais que são captados através desses grandes conglomerados bancários do Brasil que só têm ido à região com o objetivo, exclusivamente, de captar recursos e aplicá-los na Região Centro-Sul onde, evidentemente, os investimentos são mais rentáveis. De modo que BRADESCO, Banco Econômico e tantos bancos que atuam na região têm uma ampla rede de agências. De parte dessas agências, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nunca vi nenhum financiamento para fins reprodutivos em nossa área. Cheguei até a sugerir, Senador Bernardino Viana, que o Fundo 157, também na região, fosse compulsoriamente depositado em bancos oficiais, bancos estaduais, Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador.

O Banco do Estado de Sergipe, para ter uma maior participação no processo de fortalecimento econômico do pequeno e médio produtor rural, precisa de uma rede de filiais espacialmente bem distribuídas, de modo que seu raio de ação atinja a maioria das regiões com potencialidade econômica, fo-

mentando e agilizando o processo produtivo e fixando as populações no seu *habitat* econômico e social.

Agora mesmo, a Associação dos Bancos de Desenvolvimento entregou ao Ministro da Indústria e do Comércio documento solicitando que essas instituições estaduais de crédito tenham uma participação mais ativa na formulação e execução da política de interiorização do desenvolvimento. Sugerem também a criação de um programa nacional, dotado de uma linha específica de crédito, para dar suporte aos programas estaduais de apoio às microempresas.

“No estabelecimento de prioridades por parte dos órgãos federais de documento econômico, que os bancos de desenvolvimento sejam contemplados com tratamento favorecido, para indicar os empreendimentos que, nos Estados, representam a ruptura de pontos de estrangulamento e apresentam elevada repercussão”, sugere o documento. Assim, os bancos de desenvolvimento querem assumir a posição de agentes intermediários das prioridades nacionais da política econômica e as necessidades locais da economia e do empreendimento.

Por todos estes motivos, Sr. Presidente, encarecemos ao Banco Central a aprovação das cartas patentes para que o Banco do Estado de Sergipe possa expandir a sua rede de agências no interior do Estado, como o mais legítimo e idôneo agente financeiro do povo sergipano, que tem nele o seu banco oficial, a sua casa de crédito e a sua cobertura financeira.

**O Sr. Agenor Maria (MDB — RN)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PASSOS PÓRTO (ARENA — SE)** — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Agenor Maria.

**O Sr. Agenor Maria (MDB — RN)** — Nobre Senador Passos Pôrto, congratulo-me com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, porque, na realidade, levar o crédito ao interior é levar ao povo que produz e trabalha a facilidade de desenvolvimento da economia daquela região. Acho oportuno o discurso de V. Ex<sup>a</sup> e tenho a impressão de que o Governo corresponderá às aspirações do povo de Sergipe. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PASSOS PÓRTO (ARENA — SE)** — Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, V. Ex<sup>a</sup>, que é um batalhador da região, conhece muito bem os problemas de crédito à produção na região, como eles são escassos e que só existem através dos bancos oficiais. É preciso que os bancos dos Estados se expandam, porque eles são fatores, inclusive, de retenção de recursos; enquanto esses bancos nacionais vão para lá como agentes, como disse há pouco, de captação de recursos, aplicando somente 60% do depositado, o Banco do Estado de Sergipe, por cruzeiro depositado, aplica Cr\$ 3,00 no desenvolvimento do Estado.

São estes, Sr. Presidente, os motivos que me fizeram vir à tribuna, reiterando o apelo ao Banco Central para que não demore para a concessão das referidas cartas patentes solicitadas no discurso nosso desta tarde.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Estive ontem no Ministério do Interior, onde levei a S. Ex<sup>a</sup> o Ministro Mário Andreazza o problema de uma das cidades mais importantes do meu Estado, a cidade de Currais Novos.

Trata-se do problema de abastecimento de água daquela cidade. O abastecimento atual é feito através da Barragem Marechal Dutra; é uma barragem cuja tendência, a cada ano que passa, é, por incrível que pareça, poluir-se, pois os dejetos e os detritos de toda aquela área vão para dentro dela.

A cidade cresceu nesses três últimos anos vertiginosamente, e alguns de seus bairros não são atendidos, porque a adutora é, a essas alturas, incapaz de corresponder às necessidades de água do município. Um levantamento feito pela CAERN dá conta de que uma nova adutora para levar água a todos os bairros da cidade custa o montante de 80 milhões de cruzeiros. Temos um projeto, do Açude Dourados, elaborado em 1955, com capacidade para 10 milhões de metros cúbicos de água, que fica a 2 quilômetros da cidade, enquanto que o de Marechal Dutra fica a 24 quilômetros. E como a adutora vai custar quase 80 milhões de cruzeiros, poderíamos aproveitar o Açude Dourados que fica apenas a 2 quilômetros da cidade de Currais Novos, e possui uma água limpa, sem dejetos ou detritos.

Para minha satisfação, como homem da Oposição, devo dizer à Casa que o Ministro Mário Andreazza imediatamente autorizou a construção do Açude Dourados. Sou homem da Oposição que, na hora de criticar, critico, mas

na hora de trazer a palavra da verdade, enaltecendo, engrandecendo obras que vão ao encontro das necessidades da população, estou aqui para agradecer. A minha presença na tribuna é para agradecer ao Ministro Mário Andreazza a brevidade com que S. Ex<sup>a</sup> recebeu a comunicação e atendeu a reivindicação, para dar à cidade de Currais Novos, uma cidade com uma população superior a 40.000 pessoas, o Açude que há 25 anos aquele município espreitava.

Outro assunto, Sr. Presidente. Srs. Senadores, me levou ao Ministro do Trabalho. Estive com S. Ex<sup>a</sup> para levar a seu conhecimento problema dos operários das minas de tungstênio do Município de Currais Novos. Nesse município existem 3 minas, nelas trabalhando mais de 4.000 operários, e, por incrível que possa parecer, até à data de hoje não foi pago a taxa de insalubridade. S. Ex<sup>a</sup> o Ministro do Trabalho recebeu-me e demonstrou a melhor boa vontade de atender as reivindicações daquela área, de todos os operários daquelas minas, para que seja paga incontinentemente a taxa de insalubridade de todos os operários que a ela fazem jus.

Acredito que a única maneira de aos poucos procurarmos resolver o problema do povo é atendermos às aspirações maiores deste mesmo povo.

Outro problema, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que me traz à tribuna na tarde de hoje é referente ao Ministério da Marinha. Visitei, em companhia do Ministro da Marinha, o Sul do País, conhecendo o 5º Distrito Naval, que hoje é sediado no Estado de Santa Catarina. Visitei, depois, em companhia de S. Ex<sup>a</sup>, o Rio Grande do Sul, conhecendo o Porto do Rio Grande. Na realidade, o Porto do Rio Grande, estrategicamente, se oferece melhor para ser a sede do 5º Distrito Naval. E fiquei certo de que o Porto do Rio Grande vai prestar um grande serviço à Nação, pois é um porto capacitado a receber navio de qualquer calado e foi automatizado para carga e descarga dentro do menor espaço de tempo possível.

Com o que não me conformei, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que o orçamento, a dotação orçamentária para a Marinha não corresponde às necessidades da nossa Marinha de Guerra do Brasil. Por incrível que pareça toda a receita da Marinha é de apenas 25 bilhões de cruzeiros e, destes 25 bilhões de cruzeiros, mais de 70% é absorvido pelo pessoal. No entanto, é a Marinha de Guerra brasileira a encarregada, a responsável pela sinalização e demarcação de todas as estradas dos rios e dos oceanos.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como é que a Marinha de Guerra do Brasil, com tão pouco dinheiro, porque mais de 70% é absorvido pelo pessoal, pode responder por uma obrigação de tamanha envergadura? A sinalização de toda a costa brasileira, de todos os rios nacionais, requer uma despesa e um trabalho de alta envergadura.

O Senhor Presidente da República precisa aumentar o orçamento da Marinha, porque o seu orçamento, por incrível que pareça, é menos da metade do orçamento da cidade do Rio de Janeiro. A Cidade do Rio de Janeiro tem um orçamento duas vezes maior do que a Marinha de Guerra do Brasil. E a Marinha de Guerra do Brasil responde por todos os programas das vias navegáveis do País, por toda a manutenção da esquadra, por toda a manutenção dos fuzileiros navais, para patrulhar os nossos mares, para defenderem a nossa soberania nas 200 milhas. Conseqüentemente, é uma necessidade premente, imperiosa que seja aumentado o orçamento da Marinha.

Não tem sentido, Sr. Presidente, que a Cidade do Rio de Janeiro, onde as obras de grande vulto são feitas com dinheiro federal, tenha duas vezes mais recursos do que a Marinha brasileira.

A visita que fiz com S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Ministro da Marinha, em companhia de alguns Almirantes e Oficiais de Mar e Guerra e de Fragata, deu-me a oportunidade de conhecer a Escola de Aprendiz de Marinheiro de Santa Catarina, uma escola modelo, uma escola de amor a este País, uma escola de civismo, uma escola que me lembrou tempo de jovem, quando também servi a Marinha. E posso afirmar que a Escola de Aprendiz de Marinheiro de Santa Catarina, está prestando um grande serviço a todo o sul do País e a todo o Brasil.

O porto do Rio Grande, volto a dizer, é um porto que deu-me entusiasmo e voltando a Santa Catarina e às suas praias, senti que o Estado de Santa Catarina tem possibilidade de desenvolver um turismo extraordinário; praias lindas, um povo encantador. Passei três dias em Santa Catarina e fiquei deveras impressionado com a educação do seu povo, com a maneira de tratar, de receber, e como é bonita a orla marítima do Estado de Santa Catarina.

**O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?**

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Com o maior prazer.**

**O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) —** Nobre Senador Agenor Maria, ouvia trecho do seu discurso, descrevendo a visita que fez à Região Sul, mas não poderia deixar passar a oportunidade em branco no que diz respeito à

transferência do V Distrito Naval para o Rio Grande. Nós, catarinenses, discordamos dessa proposição, mesmo porque Santa Catarina tem sido marginalizada por todos os Governos da República em um longo período da nossa História. E, na época atual nos tiraram o nosso pólo petroquímico, esvaziaram o nosso pólo carboquímico, não nos deram corredor de exportação, não nos deram sistema viário decente capaz de permitir o escoamento das nossas riquezas e, agora, mais um dado negativo a desconsiderar uma população que lá vive e contribui de maneira expressiva para o desenvolvimento nacional. De modo que protestamos, inclusive porque não nos deram, infelizmente, o direito de participar das discussões que levaram o Ministério a defender a transferência do V Distrito Naval. Louvo, inclusive, o comportamento do Sr. Ministro da Marinha que já marcou a data — dia 3 — para uma discussão com a Bancada catarinense a respeito dessa transferência. Nós entendemos que o Porto de São Francisco teria condições de permitir a instalação do V Distrito Naval, até mesmo porque a Baía de Ibatonga comporta perfeitamente toda a esquadra brasileira. E mais, temos informações, e vamos cobrar do Sr. Ministro esses estudos, de que, em termos de segurança nacional, a instalação de uma base naval na região do litoral catarinense é de muito maior importância do que os riscos que poderiam ocorrer, em casos de conflito, com a instalação do V Distrito Naval no Porto do Rio Grande. Acresce mais, toda essa infra-estrutura, capaz de permitir reparos de navios da Armada brasileira, importaria em criação de uma região industrial próxima a Joinville, que estaria de acordo com aquele propósito do Governo de evitar a concentração crescente industrial em determinadas áreas do País. De modo que, até que nos provem em contrário, sem bairrismos, mas defendendo conceitos que entendemos de importância não só para Santa Catarina, mas para o Brasil, entendemos que deva permanecer em Santa Catarina o V Distrito Naval propondo, inclusive, para o futuro, a instalação de uma base naval que vise de perto aos interesses da Armada e da Nação como um todo.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) —** Senador Jaison Barreto, tive oportunidade de privar, por 3 dias, da intimidade de toda a oficialidade do V Distrito Naval em Santa Catarina. Eles saem de lá para o Rio Grande pesados, porque o clima é muito diferente do clima da cidade do Rio Grande. Na cidade do Rio Grande o minúano sopra na horizontal e, na época chuvosa, não adianta guarda-chuva porque também a chuva cai na horizontal: é a cidade onde há maior proporção de tuberculosos, pois, é um clima difícil é um clima doentio é um clima hostil. Mas, o que fez S. Excelência, o Ministro da Marinha, transferir o porto são razões de ordem estratégica que, inclusive, toda a Bancada de Santa Catarina, irá tomar conhecimento, pois são altamente confidenciais.

**O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) —** V. Ex<sup>a</sup> me permite? (Com assentimento do orador.) Não há discordância, pelo que sei, pois V. Ex<sup>a</sup> tem um carinho muito grande pelo meu Estado. Mas, o meu enfoque é que, antes de pensarmos na guerra, pensemos na paz; por isso mesmo, acho que haveria uma possibilidade de conciliarmos os interesses de defesa nacional com aquilo que é fundamental para o meu Estado: a de criar condições de participarmos da riqueza do País que está sendo, infelizmente, negada à população que lá mora. Este, o enfoque que faço com a maior grandeza, para que não se tome uma decisão sem que, antes, seja ouvida aquela coletividade.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) —** Reconheço e dou razão a V. Ex<sup>a</sup> de lutar pela permanência do V Distrito Naval, em Santa Catarina. Reconheço, também, o entusiasmo daquela oficialidade, que lá serve há tantos anos e todos com amigos, familiares querendo continuar por lá, mas depois que ouvi as razões do Sr. Ministro e conhecia situação financeira da Marinha brasileira, que é uma das piores, porque, por incrível que pareça, o orçamento da Marinha é absorvido em mais de 70% com pessoal, o dinheiro que sobra não dá para manter o serviço de alta responsabilidade que a Marinha tem em todo o Brasil. Para que o Senador tenha uma idéia, a cidade do Rio de Janeiro tem um orçamento duas vezes maior que o da Marinha de Guerra do Brasil. Tenho a impressão que a Bancada de Santa Catarina consiga que o Ministro, junto ao Presidente da República, levante mais dinheiro e não deixe Santa Catarina marginalizada. Mas as razões apresentadas por S. Ex<sup>a</sup> e o carinho com que ele trata Santa Catarina me deu a certeza do acerto da medida: levar o distrito para o Rio Grande do Sul, porque ele não podia criar outro distrito no Rio Grande do Sul, primeiro, a falta de condições financeiras; segundo, a grande necessidade estratégica apresentada a mim e que, certamente, vai apresentar à Bancada de Santa Catarina.

Mas, Sr. Presidente, eu não podia fugir a esse depoimento de fé, e de agradecimento ao Ministro Mário Andreazza, quando autorizou a construção do Açude Dourado; de fé no Ministro do Trabalho, quando se comprometeu a resolver o problema da taxa de insalubridade que nunca foi paga nas minas

da região de Currais Novos no Rio Grande do Norte. Estou aqui na tribuna para agradecer a S. Ex<sup>a</sup> que prometeu tomar a iniciativa de coibir o abuso e mandar pagar, imediatamente, no prazo de 10 dias. Se dentro desse prazo que S. Ex<sup>a</sup> prometeu, nada fizer, voltarei à tribuna, já dessa vez, para censurá-lo. Mas, a minha obrigação, na tarde de hoje, é dizer que vim à tribuna na confiança e na fé de que S. Ex<sup>a</sup> o Ministro do Trabalho vai cumprir com a palavra empenhada.

E sobre a Marinha de Guerra do Brasil eu não podia deixar de trazer, através dessa tribuna, a minha solidariedade e o meu apreço pela oficialidade que conheci de perto, o meu apreço pela luta quase anônima daqueles que cuidam da segurança dos mares e da segurança do País.

Ao Ministro Mário Andreazza, a minha solidariedade e o meu apreço por ter S. Ex<sup>a</sup> atendido às reivindicações de mais de 40 mil currais-novenses que queriam água para as suas terras e a terão.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero mandar um lembrete ao Presidente da Comissão de Financiamento da Produção. Há mais de oito meses foi fixado o preço mínimo para o algodão da região setentrional do País. Mas nestes últimos oito meses a inflação passou de 35%.

O que desejo, através deste lembrete, é relembrar ao presidente da referida Comissão que a comercialização do nosso algodão, que terá início agora em setembro para outubro não poderá ser comercializado, tendo em vista que o preço mínimo fixado há oito meses caducou, e caducou porque a inflação está acima dos 35%. Assim, pergunto: como vai ser feita a comercialização do algodão da região setentrional do País se foi tomado por base o preço mínimo de oito meses atrás?

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o presidente da Comissão de Financiamento da Produção, por uma questão de justiça, é obrigado imediatamente a reformular, a reajustar os preços mínimos da região setentrional do País, porque só assim a cotonicultura daquela área poderá ter um preço à altura do momento, poderá ter um preço que corresponda às suas necessidades.

Aqui fica o meu agradecimento e solicito à Casa que, se possível, comunique aos Ministros de Estado e ao Presidente da Comissão de Financiamento da Produção o motivo que me trouxe à tribuna na tarde de hoje.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Gastão Müller) — Concedo a palavra, como Líder, ao eminente Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (MDB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O MDB, pelos seus representantes designados para a Comissão Mista que estudará e analisará a proposta do III PND, emitiu hoje uma nota que é uma resposta ao documento governamental, nos termos que passo a ler para que constem dos Anais desta Casa:

### O TERCEIRO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO Resposta do MDB

#### Introdução

Determina o ato complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, que o Poder Executivo elabore um Plano Nacional de Desenvolvimento e o submeta à deliberação do Congresso Nacional até 15 de setembro do primeiro ano do mandato do Presidente da República. Dando cumprimento a este preceito, governos anteriores submeteram ao Congresso Nacional dois PND, que vigoraram de 1972 a 1974 e de 1975 a 1979. O Congresso Nacional recebeu no dia 14 de setembro de 1979 a minuta de um Terceiro PND. Ao Congresso, nos termos da legislação autoritária vigente, caberia apenas a faculdade de impor restrições e ressalvas ao plano proposto, durante os noventa dias de apreciação legislativa.

O Terceiro PND, entretanto, não é um documento sério. É um esboço apressado, repetitivo, vago, frouxo e contraditório, redigido às pressas para satisfazer a uma exigência legal e sonegar aos órgãos representativos do País as informações necessárias para responsabilizar o governo pela política de planejamento. Se a fraude à lei consiste em obedecer à letra ferindo o espírito, o Terceiro PND é um texto fraudulento.

No Primeiro e no Segundo Planos, ainda se tentava relacionar meios a fins e causas a efeitos, fixar metas quantitativas de produção e mostrar como objetivos aparentemente conflitantes se poderiam reconciliar. Nesse Terceiro Plano, não se propõem metas com rigor quantitativo nem se demonstra como os objetivos proclamados se realizarão na prática. Quando aparecem compromissos mais específicos, estes são manifestamente incompatíveis com ou-

tras alegações do mesmo documento. Com despudor talvez sem igual nos anais da tecnocracia contemporânea, o Governo junta o tripúdio ao ludíbrio e submete ao Congresso Nacional, como Terceiro Plano de Desenvolvimento da República, um trabalho de cuja autoria qualquer neófito em estudos econômicos haveria de envergonhar-se.

O Movimento Democrático Brasileiro denuncia o texto do Terceiro PND. Pelo desacato que revela para com o Congresso Nacional. Pela recusa de enfrentar as consequências reais do modelo econômico que o Governo abraça. Pela tentativa de aproveitar o lusco-fusco criado com a ameaça de extinção partidária para erguer em volta do sistema de planejamento um muro defensivo, de indefinição e irresponsabilidade. O MDB dará a público oportunamente uma análise mais detida do plano. Desde já, denunciaremos à Nação o processo decisório de que o Terceiro PND resultou e que ele se destina a perpetuar, o método de pensamento que ele exemplifica e a proposta substantiva que ele, desordenadamente, contém.

#### *O Terceiro PND como processo Decisório e método analítico*

Uma das desculpas do autoritarismo brasileiro foi a necessidade de pôr a formulação da política econômica nas mãos de técnicos que não estivessem sujeitos às pequenas composições de conjuntura em que, supostamente, se haviam viciado os políticos. Imunizados contra qualquer controle político efetivo, dariam os tecnocratas um ordenamento sistemático aos planos econômicos. A sistematização econômica em troca do despotismo político — eis uma das permutas que se quis impor ao País.

Costuma justificar-se este fechamento do processo decisório à luz de uma concepção tecnocrática da relação entre crescimento econômico e democracia. Segundo esta mentalidade, o Brasil teria um só caminho para crescer economicamente, afora uma revolução social violenta. Fixada pela pretensa ciência econômica esta trajetória necessária de crescimento, só restaria aos governantes assegurar as condições de paz social e obediência política necessárias ao projeto econômico. Como se não houvessem, em toda situação histórica, um sem-número de possíveis roteiros de crescimento econômico. Como se a escolha entre estes rumos — cada um com implicações diferentes para a distribuição do poder, da riqueza e da renda — não fosse uma decisão essencialmente política, ainda que feita sob a capa de imperativos econômicos. A única função real e legítima do técnico planejador é a de ajudar a viabilizar uma decisão política: dada, pela correlação de forças políticas, uma série de objetivos específicos, numa determinada hierarquia de prioridade, compete ao técnico apenas estudar as condições de realização e reconciliação das metas escolhidas. Não cabe a ele, senão às forças políticas, determinar a distribuição de poder, riqueza e renda que o plano econômico pressupõe ou procura gerar. Numa democracia, estabelecem-se estes pressupostos e estas metas pelo conflito partidário, dentro de um regime de representação e participação popular. Num despotismo à descobertas, pela vontade dos dirigentes. E num despotismo moderno, que se envergonha de si mesmo, esta vontade veste o disfarce da necessidade econômica.

Na medida em que o Terceiro PND comporta algumas estratégias concretas, ele é ainda um exemplo do mandonismo, fantasiado de imperativo econômico. Mas, nos seus lances mais característicos, ele representa a transição para uma nova etapa do planejamento antidemocrático no Brasil. Já os governantes não cuidam de formular planos precisos e sistemáticos. Já se contentam em arrolar algumas generalidades róseas — como uma cortina de fumaça debaixo da qual todas as composições se podem fazer, de acordo com os interesses e as ambições do momento.

O verdadeiro significado do Terceiro PND — pelo que tem de indefinido — é o de conferir à Secretaria de Planejamento e aos seus donos palacianos uma carta branca para distribuir os favores do Estado aos clientes e aliados do regime, conforme as conveniências táticas de cada hora. É o autoritarismo burocrático que perdeu a vergonha e se despiu da máscara da ciência. É o planejador que, havendo substituído o político em nome da sistematização, agora esquece os sistemas para exercer, com mais desenvoltura, o poder.

#### *O Terceiro PND Como Proposta Substantiva*

Na medida em que se consegue identificar no Terceiro PND uma proposta concreta, esta é completamente incoerente. E a raiz de todas as incoerências do plano está na repetida alegação de que é preciso redistribuir a riqueza e a renda no Brasil, sem que o plano se comprometa a romper com quaisquer dos traços do modelo econômico dominante no País. Mas, enquanto não se desmantelam este modelo, não pode haver redistribuição séria da riqueza e da renda no Brasil. Ao fugir desta verdade, o PND incorre numa longa série de evasões e enganos. Eis os exemplos mais importantes. (Dispensam-se argumentos quantitativos, já que o plano não alude a objetivos numéricos.)



1) O Plano trata extensamente da inflação. Dá a ela muito maior realce do que às formas de acumulação que seriam capazes de criar emprego para as grandes massas de brasileiros marginalizados, abandonados ao desemprego e ao subemprego. E não esse quem pagará os ônus da política antiinflacionária. Limita-se a afirmar que, por serem os assalariados mais humildes e os desempregados as maiores vítimas da inflação, o controle da inflação (pelo qual, aliás, clamam as classes ricas do País) ajudará os pobres. Não se aventura, sequer, o Plano, a propor medidas concretas para coibir a especulação financeira e imobiliária e reorientar os subsídios, diretos ou indiretos, à indústria e à agroindústria, subsídios e especulação que lideram, na economia brasileira, os surtos inflacionários. Tais medidas exigiriam uma reorientação profunda do relacionamento entre o Estado e os seus protegidos, e disso não se cogita no Terceiro PND. As notórias transações entre bancos estrangeiros, empresas públicas, multinacionais, especuladores financeiros e o Governo federal, através das operações de *open market* e das práticas financeiras conexas, são apenas o exemplo mais dramático dos arranjos que fazem da nossa economia um festival permanente de jogadas, manobras e macetes, onde os aquinhoados especulam e os desfavorecidos produzem. O novo Plano deixa tudo isso como está.

2) O Terceiro PND trata, com irresponsável otimismo, o endividamento externo do País. Nota com estranho contentamento a existência de capacidade industrial ociosa — capacidade a ser usada para sustentar uma política de exportação de bens manufaturados. Afirma, com tranquilidade, que as exportações de bens manufaturados ou semimanufaturados crescem mais rapidamente do que as importações dos insumos necessários a essas manufaturas. Insiste na importância de uma política agrária voltada aos mercados externos. Menospreza o problema energético com uma referência ao potencial hidrelétrico do País. À luz do quadro real, essas alegações não passam de gracejos. Falta, no Terceiro PND, um elenco claro de medidas para reverter a escalada de endividamento.

a) A capacidade ociosa da indústria de bens de capital deve-se, antes de mais nada, a uma relativa retração dos gastos públicos e a uma queda no mercado de bens de consumo durável. Vale dizer: há capacidade ociosa porque o Governo gasta relativamente menos — para conter a expansão monetária sem ter que tributar os ricos e as multinacionais — e porque a produção para o consumo de luxo já superou os próprios níveis de demanda interna, enquanto que a indústria de bens de capital no Brasil continua presa na engrenagem de um parque industrial orientado mais ao supérfluo do que ao indispensável.

Para ocupar esse potencial ocioso e ampliar a capacidade produtora da economia, o Governo só tem três caminhos. O primeiro é aumentar ainda mais a demanda interna dos produtos de luxo, determinada pelos padrões de consumo copiados dos países economicamente liderantes do Ocidente — o que significa aguçar, ou permitir que se aguce — as desigualdades, já imensas, da riqueza e da renda. Este roteiro não resolveria, de qualquer jeito, o problema do endividamento externo. O segundo caminho é a tentativa de exportar bens manufaturados, relativamente sofisticados, às economias periféricas e às próprias economias centrais do Ocidente. Esta estratégia, além de suscitar as resistências desses países, dirige parte da máquina industrial a mercados estrangeiros, para subsidiar a sede importadora daquela outra parte que privilegia, dentro do País, o consumo de luxo. O terceiro caminho é o de enfrentar, para valer, o domínio que a burocracia estatal, as multinacionais e os grandes grupos internos exercem sobre a economia brasileira, reorientando os investimentos que não se dirijam primordialmente ao consumo popular e ao aproveitamento da mão-de-obra desempregada e redistribuindo, pela política salarial e tributária, a riqueza e a renda na medida necessária para sustentar a demanda por essa produção reorientada. Este é o caminho que o Terceiro PND não quer percorrer. Finge abonar alguns dos seus corolários redistributivistas sem, contudo, aceitar seus pressupostos e suas conseqüências.

b) Nada na nossa experiência econômica recente indica que um crescimento econômico, dentro dos moldes atuais, possa levar a uma diminuição rápida das necessidades de importação, mesmo que privilegiasse a indústria de bens de capital. Enquanto a reprodução dos padrões de consumo sofisticado vigentes nas economias liderantes continuar a ser uma meta prioritária, ainda que tácita, dos go-

vernos brasileiros, e enquanto as multinacionais puderem atuar no Brasil como agentes dessa reprodução e intermediários de um ciclo mundial de financiamento e comercialização e de distribuição de tecnologias, continuará enorme a pressão importadora. Só um governo popular e um planejamento democrático podem subordinar a participação do País nos mecanismos de financiamento e comércio mundiais a uma reforma dos padrões de consumo e produção.

c) Procurar na exportação agrária uma solução tranqüila para o problema do endividamento sem propor nenhuma modificação profunda da estrutura fundiária e das formas existentes de financiamento e comercialização rurais, é saquear a agricultura, produtora dos alimentos básicos, para subsidiar uma indústria que sustenta o luxo e depende da desigualdade. É, também, dentro das atuais condições da agricultura brasileira, favorecer a agroindústria na luta danosa que ela trava contra a pequena e média propriedade rural familiar.

d) O plano dá um tratamento incoerente ao problema energético. Evoca o potencial hidrelétrico do País como paliativo da dependência energética. Mas não deduz desse potencial a inconveniência dos acordos atômicos — despesa mirabolante por uma tecnologia duvidosa, cujos únicos objetivos racionais haveriam de ser militares, caso em que todo o País tem o direito de debatê-los. Nem prevê o plano qualquer mudança radical no papel que o automóvel particular e a indústria automobilística desempenham em nossa economia: endividam o País para sustentar a conveniência das minorias privilegiadas, levam grande parte do parque industrial brasileiro a girar em torno da produção de um bem de relativo luxo (a mesma maquinaria poderia produzir tratores e transportes coletivos) e, por isso mesmo, fazem com que as condições do crescimento econômico e da prosperidade coletiva se acabem confundido com as medidas necessárias para sustentar a demanda por essa injustiça perdulária.

3) O Terceiro PND dá grande peso ao desenvolvimento agrário e identifica na sua capacidade de produzir alimentos e de absorver mão-de-obra um interesse prioritário das classes populares. Silencia, porém, sobre aquilo que poderia mais rápida e amplamente transformar a agricultura num instrumento simultâneo de crescimento econômico, justiça social e mobilização política: a reforma agrária e a reorientação das relações entre a agricultura e a indústria. Entre os mais renomados economistas agrários do mundo e os técnicos das organizações internacionais de desenvolvimento, tornou-se corrente a opinião de que a pequena e média propriedade familiar, devidamente apoiada e integrada em atividades cooperativas de produção e comercialização, é comumente a forma mais eficiente de produção agrária, sobretudo nos países, como o nosso, em que é relativamente escasso o capital. E essa eficiência acentua-se ainda mais quando a produção agrária se alia, no próprio meio rural, à pequena e média indústria, voltada às necessidades das populações rurais e da produção agrária. Nem o objetivo de aumentar a produção agrícola, nem a pretensão de atacar as desigualdades, levaram os autores do Terceiro PND a contemplar qualquer reforma da estrutura fundiária. Limitaram-se, pelo contrário, a pregar, em termos imprecisos, a utilização da política tributária para penalizar o uso improdutivo das terras. A continuar o sistema atual de subsídios e vantagens, esta política fiscal ajudará à agroindústria, artificialmente capitalizada e exportadora, em sua concorrência com outras formas, grandes ou pequenas, de produção rural.

4) O Terceiro PND só trata indireta e esporadicamente do mais escandaloso dos nossos problemas econômicos: a marginalização de uma imensa massa de brasileiros, condenados ao desemprego, ao subemprego e ao emprego casual e desproporcionalmente concentrados em algumas regiões do País. A efetiva incorporação desses brasileiros na vida produtiva e cívica não se fará através de ocasionais acenos às necessidades populares, senão por um processo acelerado de acumulação em que os tipos de tecnologia e organização produtivas não se baseiem numa pequena força de trabalho, relativamente adestrada, organizada e privilegiada, a coexistir com uma massa desempregada, miserável e amorfa. Toda nossa experiência histórica, até hoje, demonstrou que o mero crescimento econômico, dentro do modelo atual, não leva a um tipo de acumulação que realmente incorpore, de modo estável, as grandes massas marginalizadas, ao emprego e à produção. Pelo contrário, o progresso dos centros produtivos faz-se paralelamente ao avanço da marginali-

zação. Os mecanismos do sistema econômico que o Terceiro PND confusamente se empenha em reforçar antes perpetuam do que desfazem essa convivência entre miséria e crescimento.

5) O Terceiro PND silencia sobre os meios de fortalecer o controle político sobre os investimentos: seu nível, seus objetivos, suas formas. Pelo contrário, a própria frouxidão do documento, sua insistência na subsidiariedade do planejamento e a falta de qualquer política sistemática sobre investimentos dão a entender que o Governo pretende disbaratar os instrumentos já existentes de controle do curso dos investimentos.

Ao Estado democrático de amanhã, entretanto, é indispensável ter os meios de submeter ao conflito político as decisões fundamentais sobre a estrutura e a direção dos investimentos para que governos reformadores e populares não se vejam frustrados em seus objetivos pelas estratégias de desinvestimento, de investimento improdutivo e de fuga de capitais, adotadas pelas multinacionais e as classes privilegiadas do País. Cabe, portanto, aos democratas resistir, hoje, a qualquer tentativa de solapar — como insinua o Terceiro PND — o núcleo estatal de acumulação e de controle de investimentos. E lutar para que as instituições representativas do País, a começar pelo Congresso Nacional, possam participar, de verdade, das decisões mestras sobre como, quanto e para que se investe no Brasil.

#### O Verdadeiro PND

Sr. Presidente, só o conflito político, num ambiente de representação popular crescente e participação popular em marcha, poderá delinear um PND de verdade. Dentro da luta democrática e popular ainda principiante, as diretrizes deste plano já começam, porém, a desenhar-se. Quebrar o domínio da economia brasileira por um consórcio da burocracia estatal, das multinacionais e dos grandes grupos nacionais. Desmantelar a teia de interesses que submete os poderes do Estado à especulação financeira, garando uma economia que não é nem de concorrência nem de comando, senão de clientes, prerrogativas e favores. Subordinar a política de exportações, de importações e de empréstimos estrangeiros e a presença de multinacionais no País às estritas necessidades de uma produção que se volte do luxuoso ao necessário, que aproveite e adestre a mão-de-obra disponível no País e que pressuponha e provoque um processo igualizador da riqueza e da renda. Dar preferência à pequena e média propriedade rural de família, envolvida num conjunto de relações cooperativistas, sustentada por uma base financeira, tecnológica e comercial própria e integrada com a pequena e média indústria rural. Esta pode crescer em coexistência dinâmica com a grande indústria das regiões metropolitanas. Manter, expandir e submeter a um controle democrático efetivo o poder do Estado sobre os fluxos básicos de investimento, para que a reforma social não produza — pelas decisões de investidores imunes ao julgamento político das maiorias democráticas — a retração dos investimentos e a crise econômica. Incorporar, por todos os meios, as populações subempregadas e desempregadas na vida produtiva, condição indispensável à sua mobilização cívica permanente.

Este é o verdadeiro PND, o plano que o Primeiro, o Segundo e o Terceiro Planos se fizeram para evitar, o plano que jamais será imposto por um Executivo de conchavo e uma burocracia cesarista a um Congresso mutilado, o plano que o País amordaçado continuará a exigir e acabará por realizar.

Sr. Presidente, este é um documento numa linguagem veemente, numa linguagem forte que, a esta altura, é a única que cabe, diante da situação em que todas as oposições no País, todos os interesses majoritários deste País, se colocam pelo sentimento, não apenas de frustrações, mas de impotência, diante dos fortes interesses econômicos nacionais e estrangeiros — nacionais, principalmente financeiros — que cercam o Palácio do Planalto e influenciam decisivamente as decisões, impedindo o Governo de tomar aquele rumo que seria a única saída para a crise econômico-social em que se encontra o País, o único caminho para dar ao Brasil um sistema democrático realmente sólido e condizente com os anseios e as grandes aspirações do seu povo.

O destino da Nação está realmente numa encruzilhada, Sr. Presidente. Este é o momento de se tomarem as decisões e mudar esse modelo econômico, como única forma de dar ao País uma democracia efetiva e consolidada. E é com enorme desgosto, é com enorme frustração, é com um sentimento de revolta que lemos esta proposta de III PND que, no fundo, consagra a irresponsabilidade, não assume nenhum compromisso, a não ser deixar nas suas entrelinhas explícita a disposição de manter com a atual política que caracteriza o modelo vigente.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Concedo o aparte ao nobre Senador Aloysio Chaves.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Nobre Senador Roberto Saturnino, eu não desejava interromper a leitura de uma nota oficial que V. Ex<sup>a</sup> estava fazendo em nome da Oposição, mas como também não poderia vislumbrar a oportunidade para intervir através deste aparte no pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, eu o faço agora, para declarar que o Governo remeteu, cumprindo uma disposição legal, o III PND para exame e apreciação pelo Congresso Nacional, onde terá a tramitação regimental. Fê-lo, portanto, cumprindo uma determinação legal, dentro do prazo legal, como ressaltou V. Ex<sup>a</sup>, e à Oposição cabe o direito de examiná-lo, criticá-lo da maneira como julgar conveniente, mas sobretudo, colaborar para o aperfeiçoamento desse documento, onde V. Ex<sup>a</sup> vislumbra erros tão graves. Mas como na nota se contém, de maneira clara, acusações à política do Governo, a isenção com que essa política conduz os destinos nacionais e sobretudo procura preservar os superiores interesses do País, como V. Ex<sup>a</sup>, na nota, declara que esse documento é fraudulento e faz outras críticas que atingem a própria honorabilidade do Governo, a Maioria não poderia deixar sem reparo as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, e as repele, na parte que tem essas implicações, que são inaceitáveis, e se reserva, agora, o direito de, também como o fez a Oposição, elaborar um exame crítico não só desse documento, pois ele será apreciado nesta Casa, mas sobretudo da nota que V. Ex<sup>a</sup> acaba de ler. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Nobre Senador Aloysio Chaves, repito o que havia dito antes: a nota reflete, na sua linguagem dura e veemente, um sentimento realmente de frustração e de revolta. A nós, no entanto, a reação em relação ao documento que nós lemos como sendo a proposta do III PND só poderia ser uma: a sua pura e simples devolução.

É absolutamente inaceitável, Sr. Senador Aloysio Chaves, não há nem o que melhorar e aperfeiçoar. Este documento é um testemunho dado pelo próprio Ministro do Planejamento e pelo Governo que o encampa, de que a Secretaria do Planejamento não é absolutamente necessária, porque o planejamento não é necessário, de vez que não há meta estabelecida, mas, mera declaração de intenções, de que já estamos cansados de ouvir, declarações frouxas que se repetem, e se repetem e não se concretizam, na prática, nem um milésimo daquilo que contém.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Nobre Senador Roberto Saturnino, é um legítimo dever da Oposição fazer a análise crítica, e nos termos contundentes que julgar necessário. Mas o que a Maioria não pode, de imediato e em oportunidade nenhuma deixar passar, são as observações que se contém na nota, que V. Ex<sup>a</sup> acabou de ler, na parte em que ela, transbordando dessa crítica e dessa análise, faz uma acusação que atinge a própria honorabilidade do Governo, quando proclama que o Governo age aliado a interesses espúrios de empresas multinacionais, de grupos que pretendem dominar a economia brasileira e, sobretudo, submeter o povo brasileiro a uma dura aprovação. Ora, negar o sentimento de patriotismo dos nossos dirigentes; a preocupação em resguardar o interesse nacional, o zelo pela coisa pública do eminente Presidente da República e dos Ministros que o assessoram, que o ajudam na administração direta, é, na minha opinião, *data venia* da de V. Ex<sup>a</sup>, uma demasia. E, mais do que isso, uma grave injustiça, com a qual nós não podemos concordar. A crítica é legítima, em termos acres, em termos contundentes, enérgicos. Achar que esse documento não tem mérito nenhum é um direito que tem a Oposição nesta Casa. Mas passar deste plano para o plano de acusações que envolve o Governo, desde o Presidente da República que dirige e coordena a administração pública, até o Ministro responsável direto pela elaboração desse documento, é, sem dúvida nenhuma, uma grave injustiça, que nós repelimos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Nobre Senador Aloysio Chaves, esta acusação não é nova, eu não a faço pela primeira vez, nem pela segunda e nem pela terceira, porque várias vezes, desta tribuna, denunciei que a política econômica e o modelo vigente favoreciam aos interesses desses grandes grupos financeiros, dos grandes grupos multinacionais.

Por conseguinte, não há novidade nenhuma no que está aqui. Há uma linguagem um pouco mais dura, pelo cansaço, Sr. Senador, pelo cansaço em que já estamos, diante dessa insensibilidade do Governo para com os problemas sociais que estão aí, diante das gravíssimas ameaças que pairam sobre a economia do País, por seu endividamento já incontrolado, e com os conflitos sociais que, de potenciais, se estão tornando concretos nos dias de hoje. E mais, agora, este documento vazio, frouxo, inócuo, negando a atividade própria do planejamento, isto para nós, realmente, repetindo a expressão, nobre Senador, foi causador de um sentimento da maior indignação, da maior re-